

Relatório de Apresentação do Orçamento de 2018

I - INTRODUÇÃO

1. Enquadramento Geral e Contexto Macroeconómico

A elaboração da presente proposta de orçamento assume os pressupostos macroeconómicos em que se baseou a proposta de Orçamento de Estado para 2018. As atuais projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um reforço do crescimento da economia mundial em 2017 para 3,6% (3,2% em 2016), que se irá prolongar em 2018 (3,7%), em linha com o fortalecimento do comércio mundial de bens e serviços. Face às previsões da Primavera de 2017 e, de entre as economias avançadas, o crescimento do PIB da área do euro para 2017 e 2018 foi revisto em alta, estando associado sobretudo a um melhor desempenho face ao esperado da economia durante o primeiro semestre do corrente ano; por sua vez, o crescimento foi revisto em baixa nos Estados Unidos da América (EUA), em ambos os anos, devido ao menor estímulo orçamental projetado, bem como no Reino Unido (-0,3 p.p. para 2017), em resultado da incerteza em torno das negociações da saída deste país da União Europeia (Brexit). Para as economias emergentes, as expectativas de crescimento foram revistas em alta para 2017 e 2018, Realçando-se um crescimento acima do inicialmente esperado para a China (para os dois anos) em resultado do elevado investimento público em infraestruturas; para a Rússia, assente na recuperação do preço das matérias-primas; e para o Brasil (somente para 2017), refletindo também os efeitos de uma política monetária expansionista na retoma da procura interna

Após um crescimento de 2,9% em termos homólogos reais na primeira metade de 2017, estima-se que a economia portuguesa cresça 2,6% no conjunto do ano, acelerando 1,1 p.p. face a 2016. Esta estimativa pressupõe uma desaceleração, em termos homólogos, na segunda metade do ano, embora se continue a prever um crescimento em cadeia positivo. O melhor desempenho da economia ao longo de 2017 face ao inicialmente esperado justifica a revisão em alta do crescimento do PIB (em 0,8 p.p.) face ao previsto no Programa de Estabilidade (PE) atualizado em abril. A procura interna deverá ser o principal motor da atividade económica em 2017, ao registar um

contributo de 2,7 p.p., 1 p.p. acima do inicialmente projetado no PE, refletindo sobretudo uma maior dinâmica do investimento (FBCF) que deverá crescer 7,7%, refletindo, entre outros, o bom desempenho da atividade nos primeiros seis meses do ano, assim como a crescente confiança dos agentes económicos. O consumo privado deverá também contribuir para esta aceleração, estimando-se um crescimento de 2,2%. A maior dinâmica da procura interna deverá traduzir-se numa aceleração das importações para 8%, enquanto as exportações deverão apresentar um maior crescimento refletindo o elevado desempenho registado na primeira metade do ano (em especial nos serviços). Assim, espera-se que a capacidade de financiamento da economia atinja os 0,8% do PIB, enquanto a balança corrente deverá apresentar um saldo marginalmente negativo (-0,1% do PIB). Por seu turno, o mercado de trabalho deverá ser caracterizado pela manutenção de uma tendência de melhoria, em linha com a evolução da atividade económica, esperando-se que o emprego cresça 2,7%, enquanto a taxa de desemprego deverá recuar para 9,2%. Para 2018 é esperado um crescimento do PIB de 2,2%, desacelerando por via de um menor contributo da procura interna, enquanto a procura externa líquida deverá apresentar um contributo nulo. O consumo privado continuará a aumentar, acompanhando as perspetivas para as remunerações e rendimento disponível real, perspetivando-se uma estabilização a taxa de poupança. O investimento (FBCF) manter-se-á como a componente mais dinâmica da procura interna, refletindo o dinamismo do investimento empresarial e do investimento público. O consumo público estará em grande medida associado às dinâmicas do emprego público e da contenção do consumo intermédio, enquanto a evolução do respetivo deflator refletirá sobretudo o impacto das medidas previstas de descongelamento das carreiras na administração pública. O contributo da procura externa deverá ser nulo, com a desaceleração das importações a ser compensada por uma desaceleração das exportações, que convergirão para o crescimento esperado da procura externa relevante. Assim, a balança comercial deverá melhorar (de 0,9% do PIB em 2017 para 1% em 2018), enquanto a capacidade de financiamento deverá melhorar 0,2 p.p. face a 2017. A evolução do mercado de trabalho continuará a ser marcada por uma descida do desemprego e pelo aumento do emprego, a um ritmo naturalmente inferior ao de 2017, à medida que o desemprego se aproxima do nível de desemprego estrutural. Assim, espera-se um aumento do emprego de 0,9% enquanto a taxa de desemprego descera para 8,6%, ou seja uma evolução positiva da produtividade aparente do trabalho. Por outro lado, os desenvolvimentos do emprego deverão continuar a refletir a reafecção de recursos em favor dos sectores de bens transacionáveis e mais produtivos da economia. A inflação medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) deverá fixar-

se nos 1,4% em 2018, mais 0,2 p.p. do que em 2017, evolução que reflete o equilíbrio de pressões internas e externas. As pressões internas, no sentido ascendente, estão relacionadas com os desenvolvimentos esperados para as remunerações (descongelamento das carreiras na administração pública e aumento do salário mínimo), assim como com o progressivo aumento do hiato do produto que leva a um aumento das pressões inflacionistas na economia. Por outro lado, as pressões externas pendem sobretudo no sentido contrário e encontram-se ligadas às perspetivas de relativa estabilização dos preços das commodities nos mercados internacionais assim como à esperada apreciação do euro. No seu conjunto, perspetiva-se uma progressiva melhoria dos desequilíbrios macroeconómicos quer internos, quer externos, da economia portuguesa.

2. Premissas e prioridades do orçamento do Município de Lousada

O rigor e transparência na gestão e a correta e cuidada aplicação dos dinheiros públicos constituem os princípios fundamentais da política orçamental deste Município. Neste enquadramento, o controlo da dívida total, bem como a seletividade da despesa municipal, continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico e cultural.

A proposta de orçamento do Município de Lousada para o ano de 2018, tem em conta esses pressupostos, o contexto macroeconómico descrito anteriormente, bem como as prioridades do atual executivo.

Os princípios orientadores que lhe estão subjacentes são os seguintes:

- 1. Rigor e prudência nos pressupostos**, nomeadamente sendo conservadores na projeção da receita;
- 2. Gestão cuidada, transparência e rigor nas contas;**
- 3. Concentração de meios na Coesão Social, Economia e Emprego e Cultura e o Desenvolvimento**, áreas em que a atuação do Município é relevante e decisiva para a qualidade de vida dos cidadãos;

Por opção de gestão, para o orçamento de 2018, o Município de Lousada fixou a taxa do IMI no limite mínimo estabelecido pelo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), em 0,3% e a atribui uma redução de 70 € para as famílias com 3 ou mais filhos. Pretende-se ainda manter a redução em 1 p.p. do valor a que o Município tinha direito da coleta de IRS dos seus municípios.

O Município continua a não cobrar a taxa da derrama às empresas em sede de IRC.

A previsão das rubricas de receita segue as regras genéricas previstas no POCAL.

3. Apresentação Geral do Orçamento

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano é de 30,378 milhões de euros. A receita corrente atingirá um montante de 25,213 milhões de euros que suporta a despesa corrente de 22,491 milhões de euros, enquanto a receita de capital fica pelos 5,164 milhões de euros para uma despesa de capital de 7,887 milhões de euros.

Q.1 - Receitas e Despesas por classificação económica

Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%
Receitas Correntes	25 213 909,25	83,0	Despesas Correntes	22 491 178,75	74,0
Impostos diretos	4 703 013,69	15,5	Despesas com pessoal	10 143 113,33	33,4
Impostos indiretos	313 237,90	1,0	Aquisição de bens serviços	8 987 775,42	29,6
Taxas, multas e outras penalidades	1 597 815,08	5,3	Juros e outros encargos	131 550,00	0,4
Rendimentos de propriedade	838,79	0,0	Transferências correntes	2 908 140,00	9,6
Transferências correntes	13 254 423,62	43,6	Subsídios	140 000,00	0,5
Venda de bens e serviços correntes	4 670 600,62	15,4	Outras despesas correntes	180 600,00	0,6
Outras receitas correntes	673 979,55	2,2			
Receitas de Capital	5 164 785,75	17,0	Despesas de Capital	7 887 516,25	26,0
Venda de bens de investimento	264 286,16	0,9	Aquisição de bens de capital	6 045 945,25	19,9
Transferências de capital	3 971 975,47	13,1	Transferências de capital	499 800,00	1,6
Passivos financeiros	828 524,12	2,7	Ativos financeiros	131 785,00	0,4
Outras receitas de capital	100 000,00	0,3	Passivos financeiros	1 209 986,00	4,0
Total	30 378 695,00	100	Total	30 378 695,00	100

Em termos de receita, destaca-se a o peso das transferências correntes, bem como da venda de bens e serviços correntes e impostos diretos que no seu conjunto representam mais de 70% do total. No que se refere à despesa destaca-se o peso dos da aquisição de bens de capital, encargos com pessoal e da aquisição de bens e serviços que representam, em conjunto mais de 80 % do total da despesa.

Em termos relativos verifica-se que a receita corrente representa 83,0%, enquanto a receita de capital representa 17,0% da receita total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 74,0%; em contrapartida, a despesa de capital ascende a 26,0% da despesa total.

II – PREVISÃO DAS RECEITAS

1. Visão global das receitas

Em 2018 prevê-se que a receita municipal seja de 30,226 milhões de euros, representando uma diminuição de 0,2% relativamente ao ano anterior. Verifica-se, assim, que as receitas totais se mantêm a um nível idêntico.

Q.2 - Receita por classificação económica

Designação da Rubrica	2017		2018		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	23 783 857,75	78,5	25 213 909,25	83,0	1 430 051,62	5,7
Impostos diretos	4 414 354,71	14,6	4 703 013,69	15,5	288 658,98	6,1
Impostos indiretos	254 456,41	0,8	313 237,90	1,0	58 781,61	18,8
Taxas, multas e outras penalidades	1 365 129,46	4,5	1 597 815,08	5,3	232 685,62	14,6
Rendimentos de propriedade	5 736,39	0,0	838,79	0,0	-4 897,60	-583,9
Transferências correntes	12 837 027,06	42,4	13 254 423,62	43,6	417 396,56	3,1
Venda de bens e serviços correntes	4 452 153,72	14,7	4 670 600,62	15,4	218 446,90	4,7
Outras receitas correntes	455 000,00	1,5	673 979,55	2,2	218 979,55	32,5
Receitas de Capital	6 503 257,25	21,5	5 164 785,75	17,0	-1 338 471,50	-25,9
Venda de bens de investimento	262 750,06	0,9	264 286,16	0,9	1 536,10	0,6
Transferências de capital	1 657 299,19	5,5	3 971 975,47	13,1	2 314 676,28	58,3
Passivos financeiros	4 508 208,00	14,9	828 524,12	2,7	-3 679 683,88	-444,1
Outras receitas de capital	75 000,00	0,2	100 000,00	0,3	25 000,00	25,0
Total	30 287 115,00	100	30 378 695,00	100	91 580,12	0,3

A receita corrente apresenta um aumento de 5,7% relativamente ao ano de 2017, essencialmente pelo efeito dos impostos diretos, das transferências correntes e da venda de bens e serviços correntes que aumentam mais de 800 mil euros, a receita de capital diminui 25,9% essencialmente pela diminuição dos passivos financeiros.

III – PREVISÃO DAS DESPESAS

1. Visão global das despesas

A despesa municipal para 2018, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 30,378 milhões de euros, a que corresponde um aumento de 0,3% relativamente ao ano transato.

Q.3 - Despesa por classificação económica

Designação da Rubrica	2017		2018		Variação 2019/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	21.098.601,24	69,7	22 491 178,75	74,0	1 392 577,51	6,60
Despesas com pessoal	9.958.709,03	32,9	10 143 113,33	33,4	184 404,30	1,85
Aquisição de bens e serviços	8.312.721,91	27,4	8 987 775,42	29,6	675 053,51	8,12
Juros e outros encargos	174.000,00	0,6	131 550,00	0,4	-42 450,00	-24,40
Transferências correntes	2.286.412,90	7,5	2 908 140,00	9,6	621 727,10	27,19
Subsídios	170.000,00	0,6	140 000,00	0,5	-30 000,00	-17,65
Outras despesas correntes	196.757,40	0,6	180 600,00	0,6	-16 157,40	-8,21
Despesas de Capital	9.188.513,76	30,3	7 887 516,25	26,0	-1 394 919,98	-18,75
Aquisição de bens de capital	7.440.865,23	24,6	6 045 945,25	19,9	-1 394 919,98	-18,75
Transferências de capital	790.863,53	2,6	499 800,00	1,6	-291 063,53	-36,80
Ativos financeiros	131.785,00	0,4	131 785,00	0,4	0,00	0,00
Passivos financeiros	825.000,00	2,7	1 209 986,00	4,0	384 986,00	46,66
Outras despesas de capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,00
Total	30.287.115,00	100,00	30 378 695,00	100	91 580,00	0,30

2. Despesas correntes

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2016.

3. Despesas de capital

As despesas de capital com um peso no orçamento de 2018 inferior ao de 2017 pois houve de alguns investimentos nomeadamente ao nível da iluminação pública já concluídos.

3.1. Aquisição de bens de capital

Este agrupamento económico, apresenta um valor orçado de 6,045 milhões. Neste ano prevê-se essencialmente obras na rede viária e águas residuais. Quanto a investimentos em outras áreas que estão previstos com valores a definir no PPI, estes serão inscritos logo que assegurado o seu financiamento, o que pode levar a um aumento significativo das despesas de investimento.

Q.4 – Investimento global por classificação económica

Natureza Económica	2017	2018	Variação
	Valor	Valor	Valor
Aquisição de Bens de Capital			
Investimentos			
Terrenos	96.000,00	88 000,00	-8 000,00
Habitações			
Reparação e beneficiação	22.000,00	15 000,00	-7 000,00
Edifícios			
Instalação de serviços	199.518,70	326 258,84	126 740,14
Instalações desportivas e recreativas	100.000,00	60 000,00	-40 000,00
Escolas	142.000,00	305 100,00	163 100,00
Outros	75.000,00	0,00	-75 000,00
Construções diversas			
Instalações desportivas e recreativas	1.198.859,94	817 154,18	-381 705,76
Material de Transporte			
Outro	15.500,00	30 000,00	14 500,00
Equipamento de informática	66.086,52	145 500,00	79 413,48
Software informático	58.819,28	40 700,00	-18 119,28
Equipamento administrativo	7.000,00	5 000,00	-2 000,00
Equipamento básico			
Outro	174.448,97	158 225,00	-16 223,97
Locação financeira			
Material de transporte	140.000,00	107 500,00	-32 500,00
Maquinaria e equipamento	70.000,00	10 000,00	-60 000,00
Bens de domínio público			
Outras construções e infra-estruturas			
Viadutos, arruamentos e obras complementares	3.182.331,82	1 722 200,00	-1 460 131,82
Sistemas de drenagem de águas residuais	305.000,00	1 929 307,23	1 624 307,23
Iluminação pública	1.500.000,00	50 000,00	-1 450 000,00
Parques e jardins	6.000,00	6 000,00	0,00
Captação e distribuição de água	20.000,00	160 000,00	140 000,00
Viação rural	25.000,00	40 000,00	15 000,00
Infraestruturas para distribuição de energia elétrica	37.300,00	30 000,00	-7 300,00
Total	7.440.865,23	6.045.945,25	-1.394.919,98

As variações mais significativas são em drenagem de águas residuais e escolas.

3.2 Transferências de capital

Para as transferências de capital prevê-se o valor de 499 mil euros, ligeiramente inferior ao do ano de 2017.

IV – ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O ORÇAMENTO MUNICIPAL

Para além deste relatório o Orçamento Municipal é constituído pelo Mapa Resumo das Receitas e das Despesas, Mapa das Receitas e Despesas desagregadas pela classificação económica e orgânica e pela Norma de Execução Orçamental em cujo articulado se encontra a autorização prévia pelo órgão deliberativo para a assunção de compromissos plurianuais prevista no art.º 12.º do Decreto- Lei 127/2012 de 21 de Junho.

V – QUADRO PLURIANUAL MUNICIPAL - ART.º 44 DA LEI 73/2013

Em Anexo